

Sinodalidade e teologia moral: uma reflexão ética sobre a consciência moral no contexto do magistério do Papa Francisco

Synodality and moral theology: an ethical reflection on Christian moral conscience in the context of Pope Francis' magisterium

André Luiz Boccato Almeida ^a

Resumo

O presente artigo abordará o tema da sinodalidade e da teologia moral no contexto da consciência. Esta, expressão da pessoa, é impactada pelos desafios pastorais e da evangelização no mundo atual. A consciência bem formada exprime a verdade presente no interior de cada pessoa a ser compreendida enquanto um mistério de abertura ao outro. Pretende-se aqui desdobrar esta ideia a partir de três partes. Na primeira será apresentado o desafio do ambiente digital à consciência e à religião. Posteriormente, a conversão pastoral proposta por Francisco pelo caminho sinodal e a integração das dimensões objetiva e subjetiva da moral. Enfim, os pontos de convergência entre a consciência na sinodalidade como manifestação da experiência real das pessoas. Destaca-se que pelo ambiente digital se favorece um retorno ao protagonista da experiência moral radicada no sujeito livre, consciente e responsável. O processo sinodal, protagonizado criativamente pelo Papa Francisco, propicia uma escuta sincera, real e corajosa, na qual emergirão pela consciência, o conteúdo a ser problematizado e analisado pelos teólogos moralistas. O problema da reflexão situa-se no horizonte da aplicação e recepção do processo sinodal protagonizado pelo Papa Francisco, cujo objetivo é o de despertar na Igreja um senso de 'caminhar juntos' em meio à complexidade da cultura atual. Pretende-se apresentar as ideias mediante uma metodologia indutiva, em que se capta os desafios da cultura atual, seus impactos na consciência e a proposta propriamente presente no processo sinodal.

Palavras-chave: Consciência. Sinodalidade. Ambiente Digital. Teologia Moral.

Abstract

This article will address the theme of synodality and moral theology in the context of conscience. This, the expression of the person, is impacted by the influences of the digital environment that challenge the search for moral training and education.

^a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), São Paulo, SP, Brasil. Doutor em Teologia Moral, e-mail: a.l.boccato@gmail.com

A well-formed conscience expresses the truth present within each person to be understood as a mystery of openness to the other. It is intended here to unfold this idea from three parts. The first will present the challenge of the digital environment to conscience and religion. Subsequently, the pastoral conversion proposed by Francis along the synodal path and the integration of the objective and subjective dimensions of morality. Finally, the points of convergence between consciousness in synodality as a manifestation of people's real experience. It is noteworthy that the digital environment favors a return to the protagonist of the moral experience rooted in the free, conscious and responsible subject. The synodal process, creatively carried out by Pope Francis, provides a sincere, real and courageous listening, in which the content to be problematized and analyzed by moralist theologians will emerge through conscience. The problem of reflection lies on the horizon of the application and reception of the synodal process carried out by Pope Francis, whose objective is to awaken in the Church a sense of 'walking together' in the midst of the complexity of today's culture. It is intended to present the ideas through an inductive methodology, which captures the challenges of current culture, its impacts on consciousness and the proposal itself present in the synodal process.

Keywords: Conscience. Synodality. Digital Environment. Moral Theology.

Introdução

No atual contexto do pontificado do Papa Francisco, a Igreja foi interpelada à aproximação, à escuta, ao discernimento e ao retorno de um verdadeiro sentido de pastoralidade. Este provocativo “estilo” evangélico de orientar a Igreja tem gerado inúmeras reações em toda a orbe eclesial: de aberturas a fechamentos de fiéis e pastores; de um retorno ao sentido último da fé ao abandono de práticas até sincréticas do modelo de cristandade; de estilos exóticos ao cerne da fé cristã. Francisco, para cristãos e não cristãos, tornou-se uma espécie de “furacão” numa Igreja que nos últimos 35 anos se acostumou a apenas lançar um olhar do já “estabelecido” e “autor referencial” para a realidade. Não há quem não se posicione ou reaja ao seu “estilo” profético e provocador (ALMEIDA, 2022, p. 655-656).

Aos teólogos e teólogas apareceu a possibilidade de refletir com coragem e ousadia diante de tempos de silenciamento e tabus. Aos moralistas ou eticistas cristãos que, no contexto do Vaticano II, foram chamados a repropor um discurso e prática a partir de Cristo e da Sagrada Escritura, em diálogo com as ciências e com as “alegrias e esperanças” do mundo moderno, reencontram no pontificado de Francisco – e na sua proposta de sinodalidade eclesial – a oportunidade de colocar em movimento a dimensão esquecida e pedra de toque de todo discurso moral: a consciência.

O tema da sinodalidade no contexto de Francisco expõe toda a Igreja a um olhar de dentro para fora, de fora para dentro, numa espécie de “desconforto” e revisão de todas as suas estruturas e de linguagem a serem revistas. Aos teólogos e teólogas moralistas cabe sempre repropor um processo de formação do sujeito, à sua consciência, focando na própria capacidade de decisão e escolha, tarefa árdua e não sem incompreensões. Esta reflexão pretende abordar o tema da sinodalidade mediante três vias. Primeiro, tratar acerca dos impactos do atual ambiente digital contemporâneo com seus condicionamentos e influências no agir moral da pessoa, remodelando o modo de ver a vida e se posicionar sobre ela; posteriormente, situar a sinodalidade como caminho de formação da consciência a partir da clássica distinção entre moral objetiva e subjetiva. Enfim, propor um olhar de sinergia entre o sentido da sinodalidade como a assistência do Espírito Santo aos fiéis e à consciência eclesial.

1. O desafio atual da “digitalização da vida” à consciência ética

Cada cultura é expressão das indagações e ambiguidades do seu tempo e manifesta a experiência de busca do sentido, próprio do humano. Essa realização, a partir do seu vínculo consigo e com o meio onde vive, explicita a verdade profunda que cada um carrega em sua existência. Deste modo, quando se fala em “sujeitos conectados”, deseja-se tratar sobre uma nova tendência presente no mundo atual marcado por uma mudança de época em que os sujeitos, não apenas decidem por si próprios, mas também reelaboram suas vidas a partir de uma dependência total das ideias veiculadas nos mais variados ambientes digitais presentes na cultura hodierna (ALMEIDA, 2022, 657).

Nos diversos ambientes digitais, plataformas sociodigitais como Facebook, Twitter e Instagram, particularmente, oferecem a possibilidade de que os usuários em geral – indivíduos, grupos e instituições – possam produzir conteúdos religiosos de forma pública e em rede, distribuindo-os de modo instantâneo e capilarizado. Com isso, as práticas religiosas trazem consigo lógicas e dinâmicas midiáticas, por meio das quais as instituições e indivíduos religiosos vão sendo impelidos a modificar as suas ações comunicacionais sobre o sagrado. O sagrado é “disponibilizado” na internet, e, ao mesmo tempo, as pessoas podem “acessá-lo” por meio da rede, agindo comunicacionalmente e praticando sua fé de modos novos e em novos ambientes de culto (STERBAUER, 2021, p. 135).

Como todo processo comunicacional, a experiência religiosa também ocorre sempre mediada. Poderíamos dizer que isso se dá em três níveis principais. Primeiramente, quem faz uma experiência religiosa a faz pela mediação

básica do próprio corpo (afetos, sentidos, sentimentos). Em um segundo nível, a comunicação religiosa ocorre por meio de diversas linguagens simbólicas (gestos, palavras, discursos, narrativas, textos, ritos, liturgias etc.). Por fim, as mediações da experiência religiosa também são técnicas e tecnológicas. Em uma experiência religiosa, tanto o corpo quanto os ritos dependem de “coisas e objetos sagrados” (artefatos diversos) que possibilitam a comunicação humano-divina, das vestes até aos objetos litúrgicos (SBARDELLOTTO, 2021, p. 15).

Em um período histórico em que os processos de comunicação midiática se tornam generalizados no tecido social, a internet e as plataformas sociodigitais vão se constituindo como um macroambiente de relação interpessoal e de organização social, e de prática religiosa e de inter-relação entre fiéis e comunidades religiosas, caracterizando um fenômeno de mediação digital da religião (SBARDELLOTTO, 2018, p. 71-83). Entendida como um sistema social de significação cultural em torno do sagrado, a religião, hoje, se depara, nesse processo, com contextos comunicacionais emergentes, nos quais o sagrado é percebido e expressado de formas inovadoras em comparação com os contextos pessoais e institucionais tradicionais.

Nesse deslocamento das práticas de fé para o ambiente *online*, emergem novas temporalidades, novas espacialidades, novas materialidades, novas discursividades e novas ritualidades que caracterizam o fenômeno religioso contemporâneo (SBARDELLOTTO, 2012, p. 55). Particularmente em relação a tais novas discursividades, as ações comunicacionais sobre o sagrado em rede explicitam uma fluidez mais acentuada, marcada por uma constante transformação, em que novas informações textuais e/ou audiovisuais podem ser adicionadas, deletadas, corrigidas ou relacionadas de modo autônomo pelas pessoas. Isso acaba abrindo qualquer conteúdo religioso “original” ou qualquer produto midiático religioso “original” a inúmeras interpretações e ressignificações públicas, mediante comentários e compartilhamentos, dentre outros.

Na contemporaneidade, são inúmeros os agentes sociais conectados que manifestam comunicacionalmente as suas competências sobre o campo religioso, para além da ação das instituições e autoridades religiosas. Nessa “reviravolta comunicacional” a partir da digitalização, as crenças e práticas religiosas, ao se embeberem da cultura emergente, passam a ser constituídas a partir de ações comunicacionais inovadoras (RUCKENBAUER, 2001, p. 96).

Com isso, as tradições religiosas passam por um processo de publicização de suas teologias e liturgias, que agora podem ser acessadas por qualquer pessoa em rede, sem qualquer tipo de “iniciação” prévia: bastam alguns cliques para ter contato com uma determinada experiência religiosa antes reservada aos “já iniciados”. Mas, e talvez de modo mais relevante, ocorre também um processo de *pluralização* religiosa, devido ao aumento da velocidade e do alcance das interações pessoais e sociais, o que permite a percepção e a expressão pública das diversidades e pluralidades religiosas internas e externas a uma dada religião, assim como a prática individual e comunitária de uma determinada religiosidade de forma autônoma e independente em relação às instituições religiosas de origem (ALMEIDA, 2022, p. 658-659).

O sentido do “ser religioso” na sociedade contemporânea, mediante essas novas ações comunicacionais, passa por uma construção social de relações e sentidos emergentes, porque as pessoas em geral, nos diversos âmbitos da rede, em conexão, também podem agora *dizer e fazer publicamente* o sagrado e o “religioso”, operando (micro) transformações de sentido. Isso libera “uma subjetividade que pode pôr em crise o princípio de autoridade sobre o qual se baseia a força comunicativa das religiões históricas” (PACE, 2013, p. 191).

Em linhas gerais, o ambiente digital, com toda sua potencialidade, impõe-se de forma ambivalente e paradoxal à consciência humana. Ela pode ser um grande espaço de aprendizagem e compartilhamento de conhecimento, mas também cria, ao democratizar a informação e as manifestações, um espaço de exposição sem critérios de responsabilidade, no qual o anonimato pode servir de instrumento para a disseminação da violência, de intolerância e do ódio contra pessoas e instituições. O ambiente das redes sociais, aparentemente inofensivo, imparcial, irrompe com força destrutiva incrivelmente sedutora capaz de tirar a autonomia do sujeito impedindo-o de ir além do seu desejo promovendo um silenciamento progressivo (CALÇADO, 2018, p. 117-137).

Um dos desafios que afeta o processo humano é a noção de “sujeitos bolhas”, isto é, pessoas fechadas e anesthesiadas em sua capacidade de empatia, alteridade e relação social (ALMEIDA, A. L. B.; FERREIRA, L. E.; MELO, A., 2021, p. 153-172); esta nova cultura dos “sujeitos bolhas” coloca-se como um desafio à vida cristã no que tange à busca de decisões conduzidas por referências eclesiais. Torna-se um desafio exigente à formação da consciência pois há uma pluralidade de possibilidades de referências no ambiente das redes enquanto na perspectiva cristã, fragiliza-se a referência ao magistério único.

Com o advento e crescimento do uso das plataformas de socialização digital, em companhia da dimensão algorítmica na observação de perfis dos usuários, os indivíduos se tornaram presos às bolhas midiáticas, estas nutridas por compartilhamentos daqueles que possuem diretrizes similares e que orquestraram as tendências, significando que ter as “mesmas crenças, enxergar o mundo do mesmo modo, sentir a vida da mesma maneira e agir de acordo com o princípio-guia das crenças acalentadas” (FERRARI, 2019, p. 18) funda-se um ‘gueto’ virtual formulado na infestação e conquista da rede pela retórica polarizada.

Deste modo, o ambiente digital contemporâneo coloca-se como um desafio à consciência humana no que tange à busca de decisões conduzidas por referências eclesiais. Coloca-se o imperativo de repensar a teologia da consciência, principalmente no contexto da sinodalidade, na qual, pela escuta sincera e real, emergem novos protagonismos e atores sociais, referências do *auditus fidei* na teia complexa da sociedade contemporânea.

2. A integração do ser humano ético: sinergia entre a objetividade e a subjetividade

Na reflexão teológico-moral, a consciência assumiu grande importância nas últimas décadas diante da mudança de perspectiva tanto existencial-filosófica como até teológico-eclesial. Ela representa a dignidade da pessoa e a responsabilidade de sua ação moral (DEMMER, 1999, p. 30). Foi com o Concílio Vaticano II, e, posteriormente, que a consciência foi amplamente reintroduzida nos debates teológicos. Ela reverbera a mudança do espírito de uma época que considera as pessoas, e os cristãos, em particular, como adultos e merecedores de um reconhecimento enquanto sujeitos e protagonistas do próprio agir (ALMEIDA, 2022, p. 660).

Alguns motivos justificam a centralidade da consciência na vida moral e na virada da modernidade com seus desafios ao cristianismo, tais como: a amarga experiência dos sistemas totalitários, negadores da consciência, com a morte decretada aos que pensam de forma diferente; uma mais aprofundada compreensão da dinâmica moral graças ao aprofundamento da psicologia e das outras ciências humanas; a crescente sensibilidade para a dignidade e a liberdade de cada pessoa, enquanto um elemento imprescindível; a afirmação constante do pluralismo que atenua os pontos sociais e referências éticas; os riscos de manipulação sempre mais numerosos com a criação artificial do consenso (MAJORANO, 2022, p. 57-69). Além destes poderíamos enumerar muitos outros que impactam as novas formas de relação pessoal e social, no convívio de sociedades cada vez mais plurais e democráticas.

É dentro deste contexto que os padres conciliares viram a consciência como o lugar hermenêutico privilegiado em que se revela o projeto de Deus com o homem, o sacrário mais íntimo do indivíduo, seu centro mais oculto, do qual brotam todas as decisões morais individuais (GS 16). Pressupõe-se, portanto, tacitamente que no ser humano há uma imediata e vivida consciência de Deus, uma espécie de contemplação espiritual que supera todo tipo de experiência empírica. Na consciência são captados, com uma certeza infalível, os primeiros princípios da moral, subtraídos à discricção do homem e reconhecidos como algo que o próprio Deus estabeleceu (CAPONE, 1986, p. 221-249).

Esta perspectiva que emergiu no contexto do Concílio só foi de fato explicitada no horizonte da fase precedente, fruto das pesquisas dos teólogos, na reflexão teológico-moral. Muitos teólogos detiveram-se no

aprofundamento bíblico, patrístico, filosófico e pastoral do tema em torno da consciência.¹ De uma orientação jurídico-canônica, as pesquisas teológicas em moral desdobraram-se num esforço de retornar às fontes, revisitando os grandes temas bíblicos referentes à vocação, à escuta da voz de Deus, à Aliança, às Bem-Aventuranças e à sequela Christi.²

Verifica-se que é na consciência de cada ser humano – e do cristão(ã) – que vem à tona um salutar conflito entre o que viver (ideal), o contexto (real) e propriamente o correto agir (decisão moral fruto do discernimento). Esta dimensão insolúvel e complexa que acompanha toda a existência, afeta profundamente a adoção de um modelo pastoral ou uma pastoralidade, já que um cristão(ã) consciente do seguimento de Cristo e do seu envolvimento na comunidade eclesial é chamado continuamente a discernir entre o provisório e o definitivo. Dar evidência a esta realidade dinâmica e abrangente é uma das prioridades do processo sinodal, para ali encontrar o elemento central a se confrontar com a fé: o ser humano e a sua tensão ética (ALMEIDA, 2022, p. 661).

Em toda experiência ética, o ser humano vive uma dramática realidade que se estruturam em três direções na sua consciência. Estas necessitam ser levadas em conta na reflexão de uma teologia pastoral que se pretende humanista e cristã. Primeiro, toda atitude ética supõe um esquema global que permite ao indivíduo a representação em grandes traços da sua existência. Segundo, o comportamento ético está sempre motivado a uma motivação específica, a uma contínua ‘superação de si mesmo’. Terceiro, é na consciência de cada pessoa que se elabora uma síntese em vista da decisão e do agir (SÈVE, 1993, p. 99).

Esta tríplice realidade em torno da verdade ética de todo ser humano encontra na consciência uma forma de viver o imperativo existencial. Em toda pessoa, habita uma experiência psicológica de consciência, quando se conhece ou constata um saber ou fato constatável, e, outra moral, quando o sujeito dá um valor pessoal relacionado com o objeto ou conhecimento percebido.³ Embora estes sejam dois momentos da mesma pessoa, a dimensão moral não se identifica com uma série de atos pontuais, mas exprime sobretudo a profundidade da personalidade em sua globalidade e em seu desejo de se realizar (ALMEIDA, 2022, p. 662).

Se de um lado, analisar esta dimensão de profundidade presente na consciência de cada ser humano é uma tarefa árdua e muito complexa, é, por outro, uma riqueza incomensurável, pois propicia a aparição dos elementos silenciosos e até reprimidos presentes na personalidade e no inconsciente da pessoa. Assumir com seriedade as verdadeiras e espontâneas experiências presentes na consciência é uma das tarefas mais comuns e necessárias ao teólogo moralista. Não se trata de reduzir o fenômeno moral ao aspecto subjetivo do agir, mas é proporcionar um confronto crítico em torno dos valores objetivos, em busca da verdade moral presente em cada ser humano (LANDINI, 1992, p. 182). Este é o desafio de todo sistema educacional na abrangente tarefa pedagógica e moral de conduzir a pessoa ao desabrochar de suas potencialidades.

Um dos grandes desafios da pastoralidade cristã atualmente, captado pelo Papa Francisco, é o de dialogar com a pessoa e as suas interpelações.⁴ Estas podem ser percebidas de modo espontâneo à luz do que se vive e fala, mas também no que não se apreende de forma direta. A consciência pode ser comparada a um edifício ou prédio de três andares ou planos. Segundo Trentin, o andar inferior ou subterrâneo descreve os aspectos pré-pessoais ou infra pessoais do indivíduo. O andar térreo ou superior representa os aspectos mais próprios e pessoais. O andar ou plano superior são os supra pessoais ou especificamente morais (TRENTIN, 2002, p. 74).

¹ Há uma excelente análise de caráter histórico e teológico sobre os desdobramentos da teologia moral na fase pré-conciliar, conciliar e pós-conciliar, realizada por PETRÀ, B., *Teologia Morale*, p. 97-193.

² Também sobre este tema, convém conferir CARLOTTI, P., *Teologia della morale cristiana*, p. 116-132. Também: BASTIANEL, S., *Coscienza, onestà, fede cristiana. Corso fondamentale de etica teologica*.

³ Para uma abordagem mais atual, convém consultar: MAZZOCATO, G., *L'azione educativa, oggi, e l'educazione della coscienza morale*, p. 69-87. Também: AUBERT, J. M., *Conciencia y ley*, p. 191-237.

⁴ Basta fazer memória ao citado texto da Exortação Apostólica Pós-Sinodal AL 37, onde o Papa Francisco insiste em no fato de que a Igreja deve não pretender substituir as consciências das pessoas, mas auxiliar no seu processo formativo. Podemos dizer que uma experiência pastoral séria deve levar este elemento em consideração.

Esta simples analogia, assentada em uma perspectiva personalística-ontológica do sujeito, explicita a complexidade do fenômeno moral em sua perspectiva do agir por parte do ser humano. A pessoa em si (consciência) e em relação fora de si (contexto e realidade circundante) é o objeto do que os moralistas são chamados a repropor na ação moral, mediante um processo de discernimento. Estas perspectivas se materializam na clássica distinção entre moral do dever e da virtude (ALMEIDA, 2022, p. 663).

Deste modo, interpretar e analisar qualquer narrativa é sempre uma tarefa complexa. Na moral, a narrativa a ser interpretada, a partir de referências viáveis, é a própria história de vida da pessoa, com seu esforço em viver os valores sob a égide da caridade. No contexto cristão católico, compete ao magistério eclesial lançar luzes para a consciência das pessoas, não pretendendo substituí-las, mas formá-las (AL, n. 37), com o fim de viver as exigências morais rumo à caridade. O papel da consciência na decisão moral é o de levar a pessoa a agir a partir da própria verdade que ela reconhece em seu tribunal e sacrário sagrado (GS, n. 16), no qual se decide e age com lucidez.

Todo discernimento ético e pastoral está ancorado em duas dimensões da moralidade: a objetiva e a subjetiva (TRENTIN, 1997, p. 746-751). A objetiva representa uma narrativa, a ser sempre interpretada, presente no magistério eclesial que tem como objetivo ajudar os cristãos(ãs) na relação com o Senhor e a vitalidade na consciência cristã (BASTIANEL, 2018, p. 349). Mesmo que em algum momento o magistério se exprima de uma forma normativa, esta não pode ser compreendida desconectada da dimensão subjetiva, isto é, a que revela a estrutura complexa da pessoa rumo ao bem moral. Na dimensão subjetiva da moralidade se exprime a verdade da pessoa que precisa ser levada em consideração como uma realidade fundamental.

Ambas as dimensões, na linguagem moral, precisam sempre estar associadas, conectadas e interpretadas à luz do critério da complexidade. Fora desta hermenêutica, refugia-se ora num moralismo abstrato, ora num subjetivismo relativista. De um certo, a atual conjuntura imposta pelo ambiente digital, força a uma integração criativa em torno destas duas dimensões (ALMEIDA, 2022, p. 663).

No âmbito da pastoral e do aconselhamento, deve-se fazer hermenêutica, dentro da tradicional chave da prudência criativa (AL 37). Hermenêutica quer dizer retornar do texto à experiência concreta na qual se deve decifrar o valor a ser assumido. Portanto, o critério de juízo moral à luz do magistério, é o de vincular a consciência à verdade moral da pessoa.

O magistério enquanto dimensão objetiva, não pode ser interpretado como critério único e exclusivo de discernimento e prudência pastoral, se não se leva em consideração a realidade da pessoa. Esta ponderação é central na reflexão teológica atual, já que está estreitamente associada à própria prática de Jesus que insistia na existência de discípulos(as) emancipados(as) e sujeitos da pregação do Reino (ALMEIDA, 2019, p. 378), em detrimento da prática e ensino dos fariseus e mestres da lei.

Assim, no contexto cristão, a moral tem seu enraizamento no ser humano, aberto à realização mediante a consciência que o move à busca da verdade. Supõe-se que no processo sinodal em curso, esta dimensão estrutural seja levada em consideração no contexto da pastoralidade e no acompanhamento das novas subjetividades. No Concílio, mediante a eclesiologia do Povo de Deus e da comunhão, emerge o desafio contínuo de um 'caminhar juntos' rumo ao Reino de Deus revelado por Jesus Cristo à humanidade. Neste processo sinodal, a consciência é reconhecida como experiência moral de base na qual o Espírito Santo assiste pela verdade na caridade as pessoas.

3. O sentido da consciência e a sinodalidade no magistério do Papa Francisco

O contexto de mundo atual marcado pela abertura de mentalidade e de uma globalização inclusiva favorece e imprime uma forma mais alargada de olhar o horizonte da convivência entre as pessoas e os novos sujeitos. Ter uma visão única sobre a realidade e sobre a pessoa continua sendo uma epopeia interminável a ser superada diante das novas micronarrativas que se afirmam e se estruturam a partir de uma perspectiva indutiva. Assoma-se a isto o fato de que as pessoas hoje se encontram interconectadas a todo momento, em processos de assimilação ou não de narrativas veiculadas pelas mais variadas redes sociais (ALMEIDA, 2022, p. 664).

Somos ainda, de um certo modo, reféns da ótica moderna, segundo a qual é possível conceber a realidade a partir de uma perspectiva do projeto iluminista e racional, onde o todo explicava as partes (BLANCO, 2020, p. 22). Enquanto promessa, a modernidade tentou assemelhar-se a uma promessa de verdade. Assim, vivemos numa cultura de transição em que as certezas vão lentamente substituídas pela dúvida e a infinita possibilidade de interpelações e interpretações.

Esta perspectiva posiciona-se dentro de um horizonte muito mais alargado de crise da ética, em que os fundamentos éticos são reduzidos, como fruto de alguns mecanismos e motivos complexos, tais como:

Aumento de deterioração do tecido social em inúmeros campos; enfraquecimento, no espírito de cada um, do imperativo comunitário e da lei coletiva; fragmentação e dissolução da responsabilidade na compartimentação e na burocratização das organizações e empresas; um aspecto cada vez mais exterior e anônimo da realidade social em relação ao indivíduo; hiperdesenvolvimento do princípio egocêntrico em detrimento do princípio altruísta; desarticulação do vínculo entre indivíduo, espécie e sociedade; e, desmoralização que culmina no anonimato da sociedade de massa, na avalanche midiática e na supervalorização do dinheiro (MORIN, 2005, p. 27-28).

É diante desta macro avaliação do lugar ético do ser humano no mundo, que se pode compreender a proposta ou caminho introduzido pelo Papa Francisco. Para ele, é plausível uma pastoral criativa diante da crise do paradigma moderno, já que a Igreja é chamada a refontalizar sua essência e missão no Evangelho, a partir de uma inspiração para a práxis eclesial.

A sinodalidade como elemento inerente ao ser eclesial é uma afirmação proferida pelo Papa Francisco na comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos realizada por Paulo VI (FRANCISCO, 2015). Trata-se, na realidade, de uma verdade programática e empenhadora dentro da Igreja, que busca reformar sua vida em busca de uma saída cada vez mais missionária. A sinodalidade, de fato, sendo “dimensão constitutiva da Igreja”, é “aquilo que o Senhor nos pede”, e, de certa maneira, “está já tudo contido na palavra ‘sínodo’”.

Torna-se oportuno fazer uma distinção entre sínodo e sinodalidade. As expressões sínodo/sinodalidade e concílio/conciliaridade são considerados termos equivalentes seja na língua grega seja na latina. A sinodalidade (ou conciliaridade) é uma categoria abstrata e pode ser compreendida de modo distinto pelos vários intérpretes. O sínodo/concílio ao invés é um evento preciso, historicamente determinado, e não se deixa reconduzir a um modelo comum. Em geral, os sínodos foram celebrados para elaborar um consenso na Igreja, sobre uma questão na qual este consenso ainda não existia (RUGGIERI, 2021, p. 14-16).

Sabe-se que ‘sínodo’ é uma palavra muito antiga e venerada na tradição da Igreja, e seu significado exprime um conteúdo muito profundo da Revelação. O termo é constituído pela preposição e pelo substantivo, “caminho”: indica o caminho feito pelo Povo de Deus que está intimamente unido ao Senhor Jesus – o qual se apresenta a si mesmo como “o Caminho, a Verdade e a Vida” (Jo 14,6) – e o fato de que os cristãos(ãs), no seguimento de Jesus, são, na sua origem, chamados de discípulos do Caminho (At 9,2; 19,9.23; 22,4; 24,14.22).⁵

O Concílio Vaticano II, em suas bases e propostas pastorais, se destaca por sua principal contribuição eclesiológica ao apresentar a Igreja “como comunhão de fé entre todos os batizados e como sinfonia de comunidades

⁵ Para a Commissione Teologica Internazionale, em sua reflexão intitulada “La sinodalità nella vita e nella missione della Chiesa”, de 2 de março de 2018, há uma precisa e importante definição do que seja o sínodo no nº 1-4.

locais inseridas nas sociedades onde vivem e empenhadas na busca da fidelidade ao Evangelho” (ALBERIGO, 2000, p. 131). Desse modo, a noção de “povo de Deus” chama a atenção para perceber a totalidade dos batizados, uma vez que todos são membros do corpo de Cristo. Isso implica no sentido de que a sinodalidade na Igreja deve ser vista para além do corpo consultivo de bispos, com o reconhecimento próprio do lugar de todos os fiéis batizados sobre a tomada de decisão e governo da Igreja (MARTIN, 2021, p. 55).

Se a sinodalidade é o modo próprio e constante do povo de Deus viver o chamado à santidade, o sínodo é um acontecimento preciso onde se busca um consenso em torno de questões centrais da evangelização e missão eclesial (MARMION, 2021, p. 88). Sendo uma dimensão constitutiva da Igreja, esta deveria exprimir no modo ordinário de viver e de operar dos cristãos e cristãs.

A sinodalidade é reconhecida na Igreja local pelo fato de ser a porção do povo de Deus que é guiada pela luz do Espírito Santo, na comunhão do bispo com seus presbíteros. Em cada Igreja concreta está presente e atua a Igreja de Cristo. Em virtude desta catolicidade, cada uma das partes tem a sua peculiaridade e seus carismas aspirando à plenitude na unidade. Apoiando-se sobre este fundamento, a sinodalidade na Igreja local manifesta-se pela escuta de todos os sujeitos que formam o povo de Deus (APOLINARIO, 2020, p. 83-96). É à luz deste fundamento eclesiológico que na Igreja local se manifesta a séria escuta de todos os sujeitos que formam o povo Deus.

Do ponto de vista moral, é com o aparecimento das narrativas particulares e a experiência concreta dos sujeitos que a consciência passa a ser revisitada como fundamental no contexto formativo. É nesta escuta e participação sincera que o processo sinodal põe no centro a assembleia das pessoas reais que participam e representam a Igreja, e não uma minoria que busca destaques e privilégios distanciando da vida em comunhão. Há uma sinergia das experiências plurais em torno do desafio da unidade em meio às pluralidades (ALMEIDA, 2022, p. 667).

O princípio sinodal, em linhas gerais, é antes de tudo, uma experiência real, concreta com todas as suas conseqüências (MASCIARELLI, 2018, p. 25-36). Destarte, a categoria de experiência torna-se central para o teólogo moralista.⁶ Por trás de toda experiência há uma consciência, isto é, a presença de sujeitos humanos em carne e osso, realidades ou âmbitos concretos, ambientes geográficos e culturais a serem levados em consideração. A sinodalidade, antes de ser uma experiência teórica, é sobretudo, uma verdadeira práxis eclesial de escuta das várias consciências em processo de amadurecimento e discernimento diante das várias situações que emergem do contexto. Supõe-se que neste caminho sinodal, as consciências serão reconhecidas enquanto manifestação e esforço de pessoas na busca pela verdade em suas expressões particulares.

No fundo, o processo sinodal, enquanto processo de constante escuta, visa uma reforma da Igreja em direção à missionariedade. Para o Papa Francisco, toda a comunidade eclesial é chamada a participar deste itinerário, como um caminho (MATARAZZO, 2020, p. 116). Este se faz mediante o envolvimento de pessoas e consciências profundamente comprometidas com o Evangelho e a comunidade. É um caminhar juntos em detrimento dos descaminhos que a sociedade contemporânea realça, às vezes destacando a impossibilidade de chegar a um consenso mediante o diálogo, escuta e discernimento (CIBELLI, 2020, p. 137).

O coração da proposta moral presente no pontificado do Papa Francisco está centrado neste ‘caminhar juntos’. É esta a referência à formação da consciência dos sujeitos cristãos e cristãs, mesmo diante de certa tendência de rigidez e distância da vida real por parte de grupos cristãos católicos. Não se trata propriamente, como muitos pensam, em mudança e atualização de mecanismos e estratégias pastorais, mas sobretudo em buscar uma nova forma de enraizar um *habitus* eclesial, elemento essencial do estilo de vida cristão (ALMEIDA, 2022, p. 668).

⁶ No Concílio Vaticano II, na GS 46, a Igreja já demonstrava uma certa sensibilidade para a experiência humana ao dizer que: “à luz do Evangelho e da experiência humana, chama a atenção sobre alguns problemas contemporâneos”. Esta percepção indicava já que era necessário levar a sério a individuação das normas morais a partir da perspectiva do sujeito e de sua consciência. Emerge a tradicional e antiga discussão em torno da moral objetiva e subjetiva. A experiência, enquanto categoria teológico-moral, explícita em chave de discernimento a necessidade de ouvir a particularidade e, de um certo modo, inseri-la na discursividade teórica e universal. PRIVITERA, S., Experiência moral, p. 508-512.

Para a Comissão Teológica Internacional, a valorização da sinodalidade como característica peculiar operativa, e não, como simples elemento de uma reflexão teológica exclusivamente especulativa, põe em relevo o fato de que todos os cristãos(ãs) são *'sinodoi'*, companheiros(as) do caminho, chamados a ser protagonistas ativos(as) e participantes do único sacerdócio de Cristo e destinatários dos diversos carismas enriquecidos pelo Espírito Santo em vista do bem comum (COMMISSIONE TEOLOGICA INTERNAZIONALE, n. 43).

Para o Papa Francisco não há *'absolutos morais'* quando todos os cristãos são chamados a juntos – caminhar – na busca por um discernimento da consciência, enraizada no Evangelho e na experiência eclesial. É neste enraizamento concreto, experiencial, cotidiano e comunitário que a comunidade é chamada a lidar com os dilemas morais. Pode-se dizer que Francisco inverte a reflexão moral, ultrapassando a falaciosa discussão em torno do relativismo e do objetivismo moral. Ele valoriza o esforço do *'caminhar juntos'* como o locus privilegiado da formação da consciência em processo de discernimento, de forma dialética e sensível à presença do outro. Não se trata de abandonar as leis ou mesmo responder aos dilemas pessoais com a objetividade da lei, mas sobretudo assumir a dúvida relativa como experiência pedagógica eclesial no ardoroso processo de decisão moral (ALMEIDA, 2022, p. 668).

Sem supervalorizar a dimensão objetiva da moralidade cristã, o Papa Francisco, mediante a perspectiva evangélica e eclesial, relembra a dimensão subjetiva e a consciência, não esquecendo que esta síntese não se faz mediante simplismos, rigidez ou um falso moralismo, mas dá-se numa comunidade de fé que abraça a presença dos vários sujeitos cristãos e cristãs. Ele salvaguarda do individualismo contemporâneo certa tendência de resolver a dúvida com a objetividade da lei. Por outro lado, não cede ao subjetivismo tendencioso. Francisco, busca um equilíbrio entre as várias esferas do poliedro,⁷ salvaguardando em última instância a dignidade da pessoa (ALMEIDA, 2022, p. 668-669).

Assim, o processo ou estilo sinodal, à luz da eclesiologia de comunhão, de matriz conciliar, proporciona uma verdadeira refontalização da experiência vivida da fé, como engendra na teologia, vitalidade e dinamicidade. Para o Papa Francisco, a consciência ocupa um lugar de destaque neste itinerário sinodal. Ela é retomada em toda a sua profundidade espiritual e teológica como o *"centro mais secreto e o santuário do homem, no qual se encontra a sós com Deus, cuja voz se faz ouvir na intimidade do seu ser. Pela fidelidade à voz da consciência, os cristãos estão unidos aos demais homens, no dever de buscar a verdade e de nela resolver tantos problemas morais que surgem na vida individual e social."* (GS, n. 16).

Conclusão

A reflexão alude a um processo de atualização e renovação da teologia moral cristã católica em curso a partir, principalmente, do pontificado do Papa Francisco. Com ele, a consciência passou a ganhar uma certa importância. Não que não tenham existido menções precedentes a este tema, contudo, no atual contexto eclesial, Francisco tem provocado os teólogos e teólogas a uma renovada percepção e análise da pessoa e da sua imersão concreta, sem medo e com coragem nunca vistos. A consciência se apresenta como um tema a ser aprofundado segundo perspectivas e interpretações distintas. Ela revela a verdade real de cada pessoa. A consciência explicita a voz do Espírito em cada ser humano. Necessita ser formada, educada e respeitada. O novo contexto do ambiente digital explicita bem esta urgente formação em torno da verdade pela caridade.

Desde a fase pré-conciliar, passando pelo Concílio e pela fase pós-conciliar, a teologia moral foi protagonizada por grandes teólogos e teólogas, nomes que trataram sobre o tema da consciência a partir de um

⁷ Imagem utilizada pelo Papa Francisco na EG 236. Ali, busca uma síntese entre as várias partes dos fenômenos que aparentemente possam se opor, mas no fundo se integram e exprimem as várias visões complexas da mesma realidade a ser interpretada com inteligência e discernimento.

enraizamento eclesiológico como fonte do fazer teologia. Estes tentaram superar as adversidades existentes desde o século XVI, com os sistemas morais, onde a consciência e sua função tinha um caráter inferior em detrimento da lei e da sua aplicação nos casos de consciência. O Concílio e os teólogos(as) buscaram recolocar a consciência no agir moral da totalidade da pessoa, iluminada pelo mistério de Cristo, ao centro do debate, diante do reducionismo teórico em torno do objetivismo e subjetivismo em moral. Estes(as) e muitos retomando a tradição bíblica, patrística, o pensamento de Santo Tomás de Aquino e Santo Afonso de Ligório, propuseram novas abordagens e considerações sobre a dinâmica realidade da pessoa e o seu envolvimento no agir moral (ALMEIDA, 2022, p. 670).

Ainda somos reféns, seja na práxis eclesial, seja na reflexão de alguns poucos teólogos, de uma certa desconfiança com relação à consciência, à dignidade da pessoa e o primado da graça de Cristo iluminando a profundidade da pessoa. Há ainda quem pretenda, com sofisticada linguagem, contrapor o protagonismo do sujeito pela consciência à obrigatoriedade e objetividade da lei. Afirmam um certo ‘absolutismo deontológico’ sem olharem para a realidade concreta da pessoa e o seu contexto. Denuncia-se um certo ‘relativismo moral’ sem dar-se conta do ‘fundamentalismo objetivista moral’. O problema é amplo e exige-se prudência criativa no modo de abordar a complexidade das novas questões postas como desafios à teologia moral.

Percebe-se que no dinâmico e criativo pontificado de Francisco a consciência da pessoa é assumida no processo sinodal enquanto ponto de partida para a valorosa contribuição no seio eclesial. O primado da experiência não esvazia a profundidade da tradição em moral, ao contrário, assume esta e proporciona um novo olhar com outras possíveis hermenêuticas. No contexto digital, estas consciências dos novos “sujeitos bolhas” também são provocadas a participar e caminhar juntos rumo à comunhão, participação e missão.

Em Francisco encontramos um alargado espaço à autonomia do sujeito, locus veritatis da pessoa. Para ele, as normas morais, num sentido jurídico-canônico, são secundárias diante do primado evangélico do amor, da compaixão, da misericórdia e da diaconia como expressão máxima da prática cristã. Francisco ‘pro-voca’ a Igreja a relativizar o que não é central da vida cristã e a colocar em primeiro plano o imperativo ético da vocação batismal presente na consciência de todo cristão. Esta ‘pro-vocação’ em marcha, no ensino de Francisco, pode assustar a muitos (as) que de um certo modo absolutizaram em suas vidas, em suas consciências o secundário, passível de desconstrução e aggiornamento.

Elaborar um discernimento crítico e profundo sobre o eterno/perene e o provisório/temporal exige uma constante formação da consciência na comunidade eclesial. Trata-se de um percurso ou caminho sinodal a ser realizado no enraizamento eclesial, locus de escuta do Espírito Santo. Todas as linguagens normativas em moral encontram no advento definitivo do Reino o seu ponto de realização e contínua interpretação.

Referências

ALBERIGO, G. A sinodalidade após o Vaticano II. In: ANJOS, Márcio Fabri dos (Org.). *Bispos para a esperança do mundo: uma leitura crítica sobre caminhos de Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2000. p. 129-147.

ALMEIDA, A. L. B. A teologia moral no horizonte da sinodalidade. Uma reflexão sobre a centralidade da consciência no contexto dos impactos do ambiente digital. *Atualidade Teológica*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 70, p. 654-674, jul./dez.2022.

ALMEIDA, A. L. B. Sonhar uma teologia moral ao alcance do povo. In: ANJOS, M. F.; ZACHARIAS, R. (Org.). *Ética entre poder e autoridade. Perspectivas de teologia cristã*. Aparecida: Santuário, 2019. p. 357-382.

- ALMEIDA, A. L. B.; FERREIRA, L. E.; MELO, A. A formação da consciência em uma cultura de “sujeitos bolhas” cristãos. Uma análise ético-teológica propositiva a partir da moral social do Papa Francisco. *Encontros Teológicos*, v. 36, n. 1, p. 153-172, jan./abr. 2021.
- APOLINÁRIO, E. Sinodalidade, caminho de comunhão nas práticas pastorais. *Revista Caminhando*, v. 25, n. 3, p. 83-96, set./dez. 2020.
- AUBERT, J. M. Conciencia y ley. In: LAURET, B.; Refoulé, F. (Org.). *Iniciación a la práctica de la teología*. Ética. Madrid: Ediciones Cristianidad, 1985. p. 191-237.
- BASTIANEL, S. *Coscienza, onestà, fede cristiana. Corso fondamentale de etica teologica*. Trapani: Il pozzo di Giacobbe, 2018.
- BLANCO, P. A. O projeto moral do Papa Francisco. Sete lugares teológicos como desafios morais. In: ZACHARIAS, R.; MILLEN, M. I. C. (Orgs.). *A moral do Papa Francisco. Um projeto a partir dos descartados*. Aparecida: Santuário, 2020. p. 19-54.
- CALÇADO, T. O direito humano à comunicação: a superação do ódio nas redes sociais como caminho da democracia. In: MILLEN, M. I. C.; ZACHARIAS, R. (Orgs.). *Ética teológica e direitos humanos*. São Paulo: Santuário e SBTM, 2018. p. 117-137.
- CAPONE, D. La teologia della coscienza morale nel Concilio e dopo il Concilio. *Studia Moralia*, v. 24, n. 2, p. 221-249, 1986.
- CARLOTTI, P. *Teologia della morale cristiana*. Bologna: Edizioni Dehoniane, 2016.
- CIBELLI, E. Camminare insieme nella diversità. In: ASTI, Francesco, et al. *La sinodalità al tempo de Papa Francesco 2. Una chiave di lettura sistematica e pastorale*. Bologna: Edizioni Dehoniane, 2020. p. 137-153.
- COMISSIONE TEOLOGICA INTERNAZIONALE. *La sinodalità nella vita e nella missione della Chiesa*. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_20180302_sinodalita_it.html. Acesso em: 20 jun. 2022.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Constituição Pastoral Gaudium et Spes. In: *CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II: Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. São Paulo: Paulus, 2001.
- DEMMER, K. *Introdução à teologia moral*. São Paulo: Loyola, 1999.
- ESTERBAUER, R. Deus no Ciberespaço. Sobre os aspectos dos novos meios. In: KOLB, A.; ESTERBAUER, R.; RUCKENBAUER, H. W. (Org.). *Ciberética. Responsabilidade em um mundo interligado pela rede digital*. São Paulo: Loyola, 2021. p. 129-151.
- FERRARI, P. *Como sair das bolhas*. São Paulo: EDUC, 2019.
- FRANCISCO, P. P. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium, sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. São Paulo: Paulus/Loyola, 2013.

FRANCISCO, P. P. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Amoris Laetitia, sobre o amor na família*. São Paulo: Paulinas, 2016.

FRANCISCO, P. P. *Discurso do santo padre Francisco: comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos*, 17 out. 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html. Acesso em: 19 jan. 2022.

LANDINI, E. Coscienza morale ed evangelizzazione. In: MANICARDI, E. (Org.). *La coscienza morale e l'evangelizzazione oggi. Tra valori obiettivi e tecniche di persuasione*. Bologna: Edizioni Studio Domenicano, 1992. p. 177-189.

MAJORANO, S. La coscienza nella riflessione del magistero: dal Concilio Vaticano II a oggi. *Credere Oggi* 22, v. 2, n. 128, p. 57-69, mar./abr. 2022.

MARMION, D. Una Chiesa che ascolta. In: MELONI, A. (Org.). *Sinodalità. Istruzioni per l'uso*. Bologna: Edizioni Dehoniane, 2021. p. 83-106.

MARTIN, A. Sinodalità. *Il fondamento biblico del camminare insieme*. Brescia: Queriniana, 2021.

MASCIARELLI, M. G. *Le radici del Concilio. Per una teologia della sinodalità*. Bologna: Edizione Dehoniane, 2018. p. 25-36.

MATARAZZO, C. La sinodalità nell'insegnamento di Papa Francesco e le dinamiche di rinnovamento della teologia pastorale. In: ASTI, Francesco; CIBELLI, E. (Org.). *La sinodalità al tempo de Papa Francesco. Una chiave di lettura sistematica e pastorale*. Bologna: Edizioni Dehoniane, 2020. p. 115-135. v.II.

MAZZOCATO, G. L'azione educativa, oggi, e l'educazione della coscienza morale. Approccio teologico-morale. In: MARCATO, Michele (Org.). *La coscienza in dialogo. Un approccio interdisciplinare*. Padova: Edizioni Messaggero/Facoltà Teologica del Triveneto, 2015. p. 69-87.

MORIN, E. *O método 6. Ética*. Porto Alegre: 2005.

PACE, E. *La comunicazione invisibile: le religioni in internet*. Milano: San Paolo, 2013.

PRIVITERA, Experiência moral. In: COMPAGNONI, F. et al. *Dicionário de Teologia Moral*. São Paulo: Paulus, 1997. p. 508-512.

PETRÀ, B. Teologia Morale. In: CANOBBIO, G.; CODA, P. (Org.). *La Teologia del XX secolo. Un bilancio. Prospettive pratiche*. V.III. Roma: Città Nuova Editrice, 2003. p. 97-193.

RUCKENBAUER, H. W. Homo ludens na infovia: o jogo das realidades imaginárias. In: KOLB, A. et al. *Ciberética. Responsabilidade em um mundo interligado pela rede digital*. São Paulo: Loyola, 2001. p. 83-108.

RUGGIERI, G. Per una chiesa sinodale. In: MELONI, A. (Org.). *Sinodalità. Istruzioni per l'uso*. Bologna: Edizioni Dehoniane, 2021. p. 13-31.

SBARDELOTTO, M. Ambientes digitais e fenômeno religioso: as ações comunicacionais sobre o sagrado na internet. *In: ALMEIDA, A. L. B. Ambiente digital e religiões. I Jornada do Grupo de Pesquisa PHAES (Pessoa Humana Antropologia Ética e Sexualidade). Anais [...], São Paulo, PUC-SP, 2021. p. 13-22.*

SBARDELOTTO, M. Da religião à reconexão: novos modos de ser e fazer religiosos em tempos de midiatização digital. *Revista Paulus de Comunicação da FAPCOM, São Paulo, v. 2, p. 71-83, 2018. Disponível em: <https://fapcom.edu.br/revista/index.php/revista-paulus/article/view/68>. Acesso em: 07 jul. 2022.*

SBARDELOTTO, M. *E o Verbo se fez bit: a comunicação e a experiência religiosas na internet. Aparecida: Santuário, 2012.*

SÈVE, R. A ética como necessidade. *In: CHANGEUX, J.P. (Org.). Fundamentos naturais da ética. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. p. 99-108.*

TRENTIN, G. Magistério e autoridade. *In: COMPAGNONI, F. et al. Dicionário de Teologia Moral. São Paulo: Paulus, 1997. p. 746-751.*

TRENTIN, G. Struttura e funzioni della coscienza nella teologia morale. *Credere Oggi 22, n. 128, p. 71-93, mar./abr. 2002.*

RECEBIDO: 27/03/2023
APROVADO: 16/03/2023

RECEIVED: 27/03/2023
APPROVED: 16/03/2023